

União questionada

Thiago Vitale
Da equipe do Correio

Católicos e evangélicos estão do mesmo lado na luta contra os direitos dos homossexuais. Um dia após ao anúncio do Plano Nacional de Direitos Humanos, que defende, entre outros pontos, a união civil entre homossexuais, as bancadas religiosas da Congresso Nacional não pouparam esforços para criticar a atitude do governo federal. Logo pela manhã, o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), porta-voz dos católicos na Câmara, recebeu telefonemas de parlamentares exigindo uma retaliação rápida e ríspida. Dentre as ligações feitas para o telefone do gabinete, uma veio da assessoria do pastor Edir Macedo, líder da maior igreja evangélica do país, a Universal do Reino de Deus, que elegeu 17 deputados nas eleições de 1998. O bloco contra os direitos dos homossexuais estava construído.

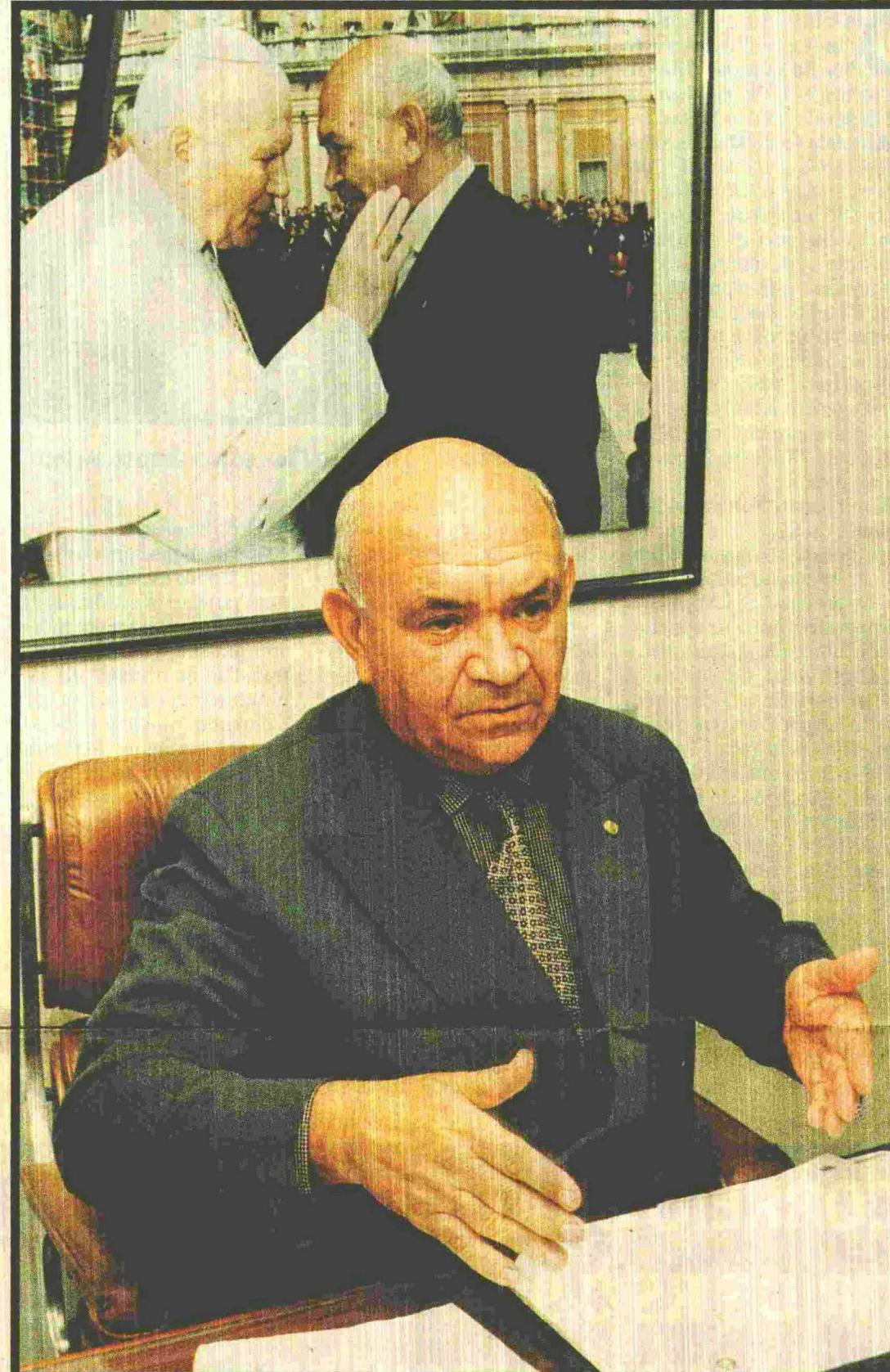
Depois dos telefonemas, Cavalcanti escreveu uma nota à imprensa de sete páginas onde se dizia "estupefato" com a medida do governo. "É vergonhoso relançar um Plano Nacional de Direitos Humanos apenas para incluir o casamento gay entre as prioridades do governo", reage o deputado católico. Durante todo o dia, ele mobilizou outros parlamentares para se posicionarem contra a proposta apoiada por Fernando Henrique Cardoso.

O projeto original, que prevê a união civil entre homossexuais, foi apresentado pela então deputada federal Marta Suplicy, hoje prefeita de São Paulo. O texto tramita na Câmara desde 1995 mas até hoje não foi votado pelos parlamentares.

A revolta dos evangélicos não se restringiu à ligação do bispo Edir Macedo a Cavalcanti. O deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ), líder da bancada evangélica na Câmara, também agiu contra a atitude do governo. "Entendo que o presidente tente passar uma imagem de homem que luta pelos direitos humanos, mas não apoio a idéia de forma alguma", diz o bispo, que usa os eleitores como justificativa. "As pessoas que me elegem são contra e votarei de acordo com meu eleitorado", conclui.

A articulação da dupla Rodrigues e Cavalcanti logo alcançou outros parlamentares. Até mesmo deputados da base governista. "A união entre homossexuais vai contra a ordem natural das coisas. Viola as noções básicas da família", ataca o deputado Salvador Zimbaldi, católico do PSDB de São Paulo, partido de Fernando Henrique. "Estou com o Cavalcanti. Voto

Carlos Moura 19.5.97



SEVERINO CAVALCANTI: "É VERGONHOSO O GOVERNO INCLUIR UMA PROPOSTA DESSAS NO PLANO DE DIREITOS HUMANOS"

contra o casamento dos homossexuais e me preocupa o governo abraçar esta causa", resume João Pizzolati (PPB-SC), outro da corrente católica.

REAÇÃO ESPERADA
"Nós já esperávamos reações como essas de setores intolerantes do Congresso Nacional", diz o antropólogo Luiz Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB). Para ele, os parlamentares que votam contra as causas homossexuais são contra avanços da sociedade brasileira. "Quando foram aprovados o divórcio e o voto feminino no Brasil, estes setores também eram contra. Isso é café requentado",

compara. Segundo Caio Varella, presidente do Grupo Atitude e coordenador do Disque-Cidadania Homossexual, a atitude de certos deputados é desanimadora. "Mostra o despreparado dos parlamentares para tratar de assuntos relativos a direitos humanos", afirma.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), elogia o apoio do governo. Mas faz ressalvas ao barulho que foi feito para o lançamento do plano de direitos humanos. "É muita intenção para pouca ação. O orçamento para políticas de defesa das minorias só diminui", diz.

Marta Suplicy viu com reservas o apoio do presidente à causa homossexual. "Se Fernando Henrique não lutar por esse projeto, ficará provado que é um factóide para tirar a atenção dos escândalos de seu governo e da situação difícil em que se encontra seu candidato à Presidência", disse. O governo preferiu ficar de fora das discussões na Câmara. "A iniciativa está em debate no Congresso e cabe aos parlamentares decidir o que fazer. A união civil tenta garantir direitos que os homossexuais têm de ter acesso", resumiu o Secretário de Estado de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro. (Com Agência Estado)

AJUDA PARA NEGROS

Um dia após o lançamento da segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, que prevê ações afirmativas para minorias, o Itamaraty criou ontem 20 "bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia" para ajudar candidatos afro-descendentes a se prepararem para o concurso do Instituto Rio Branco. As inscrições para as bolsas terminam no dia 20 de junho.